

**Os incivilizados: projetos de nação e a construção da representação social do camponês paulista**

Carla Julião da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho oferece reflexões sobre o ideário de sociedade e os caminhos da modernização social e econômica no Brasil do início do século XX. Modelos e projetos civilizatórios foram oferecidos, no sentido de chegar a um arquétipo de uma nação desenvolvida, empenhados em afastar do país à imagem de atraso social pautado na ineficiência dos indivíduos classificados como “incivilizados”. A representação, naturalização, questões raciais, heranças sociais e econômicas foram temas destes projetos oferecidos para a construção de um modelo social brasileiro. Faremos uma breve contextualização para compreender tais transformações, na perspectiva do valor que foi atribuído indivíduos que não se encaixavam nestes moldes sociais, sendo o universo rural o palco destas discussões ao longo da história social brasileira.

**Palavras-chave:** modernização social; projetos civilizatórios; identidade rural.

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília.

**The uncivilized: nation projects and the construction of The social representation of the paulista peasants**

**Abstract:** The present work offers reflections on the ideology of society and the paths of social and economic modernization in Brazil at the beginning of the 20th century. Civilizing models and projects were offered, in order to reach an archetype of a developed nation, committed to moving away from the country the image of social backwardness based on the inefficiency of individuals classified as “uncivilized”. Representation, naturalization, racial issues, social and economic heritage were themes of these projects offered for the construction of a Brazilian social model. We will make a brief contextualization to understand such transformations, in the perspective of the value that was attributed to individuals who did not fit into these social molds, with the rural universe being the stage of these discussions throughout Brazilian social history.

**keywords** social modernization; rural identity; civilizing projects.

## **1-Introdução**

Um dos diagnósticos dos problemas civilizatórios da sociedade brasileira, do início do século XX, estava associado ao seu atraso social e econômico em relação às nações europeias. Mesmo antes da proclamação da república de 1889, já havia indivíduos interessados de serem elaboradores de projetos de nação com o intuito de solucionar os problemas estruturais, como o proposto por José de Bonifácio de Andrada e Silva, pautado na alegação de que o atraso da modernização da sociedade brasileira estava relacionado à “indolência”, “preguiça” e “ignorância” das populações rurais.<sup>2</sup>

Neste cenário de propostas de mudanças, a urbanização era decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade e serviu como sustentação de argumentos sobre a dicotomia entre campo e cidade. Não obstante, ainda nos deparamos com diversos significados do imaginário social sobre o espaço rural sendo definido como um mundo agrário com características naturalizadas rurais e com mínimas transformações. De tal modo, referências sobre estas preocupações estiveram presente em obras literárias da primeira metade do século XX, expressando sentimentos nacionalistas, salientando a fauna e flora, sentimentos de pertencimento, símbolos representativos em que perpetuasse elemento e características identitários totalmente brasileiros. Estas preocupações se concretizaram por intelectuais na Semana da Arte Moderna de 1922.

A ideia de incivilidade das populações rurais difundidas neste mesmo período caracterizou um problema a ser vencido. Discussões sobre tais problemas foram temas das ciências humanas no campo geográfico, econômico, político e social.<sup>3</sup> A Sociologia Rural, inicialmente, abordou a oposição entre campo e cidade, numa relação de subordinação da primeira pela segunda, envolveu um amplo debate de estudiosos que buscavam explicações sobre os problemas sociais pautados em temáticas sobre atraso versus modernização. Questões sobre o mundo rural foram abordadas de várias perspectivas desde construção de uma identidade caipira, bairros rurais paulistas até sobre o esvaziamento e características

---

<sup>2</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) foi um naturalista, estadista, poeta brasileiro e atuou como ministro no período imperial tendo atuação significativa na Independência do Brasil. Foi um dos comandantes de políticas voltadas para a vigilância de grupos a favor da então antiga metrópole. Tornou-se figura de projeção política a partir de 1821, como vice-presidente da Junta Governativa de São Paulo. Seus diagnósticos estavam pautados na sua experiência de moradia no continente europeu, acalentou um projeto civilizador que tinha como diagnóstico de que o brasileiro era, por natureza, “com clima e vícios coloniais”, “indolente” e “ignorante”. Para Bonifácio, uma vez adotada uma política reformista este quadro de atraso seria solucionado. (DOLHNIKOFF, 2000).

<sup>3</sup> Pierre Monbeig (1952); Caio Prado Junior (1942); José de Souza Martins (1966); Henri Mendras (1969); José Graziano da Silva (1982). Renato Ortiz (1994).

específicas do universo rural trabalhos como por exemplo: Henri Mendras, Nice Lecocq Müller, Antonio Candido, Maria Isaura de Queiroz, Carlos Brandão, buscaram, em seu tempo, os caminhos analíticos no desenvolvimento a partir das perspectivas do universo rural. Esses intelectuais apresentaram elementos reflexivos sobre problemas sociais abrindo caminhos para outras reflexões sobre um determinado grupo ou sua possível inferioridade na hierarquia social, ressaltando que as diferenças sociais e culturais estão vinculadas a sua escolaridade, posição econômica, até em novas configurações do universo rural pautados na nova modalidade de economia rural. Em outras abordagens conceituais também está presente análises que retratam indagações sobre questões relacionadas a etnocentrismos e racismos também pautados em problemas econômicos, políticos, sociais e raciais que, na qual, possuindo raízes maiores na construção social brasileira.

Contudo, reflexão destes elementos envolvendo questões sobre raça, estereótipos e dicotomias sociais, tem estudos como de Giralda Seyferth (1995) auxilia a compreender como a cor da pele tornou-se uma característica classificatória impondo um discurso do racismo em pressupostos da desigualdade biológica entre a espécie humana, envolvendo assim as chamadas “raças inferiores” (não brancos), as “classes inferiores”, o “sexo inferior”, os “grupos étnicos inferiores”, a “ralé pululante” (os mestiços em geral).

Esteve presente em nossa história nacional o postulado de uma política intensa de incentivo a imigração branca pautada no discurso civilizacional de melhoramento do desenvolvimento de uma nação, não só incentivando a exportação de modelos civilizatórios europeus, mas também resultou em pesquisas científicas como, por exemplo, de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna que concretizaram a estratificação social.<sup>4</sup>As influências das teorias racistas e do determinismo geográfico, como pontos iniciais para reflexões a sociedade brasileira, também estiveram presentes na literatura, em obras de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.

Atributos qualificativos pautados em características fenóticas também foram utilizadas para designar o lugar e a posição de inferioridade social. Os traços determinantes

---

<sup>4</sup> Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi um médico legista, psiquiatra, professor, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Defensor da política eugenista e higienista, sendo o primeiro estudioso brasileiro a abordar a temática da formação racial da população brasileira, apesar de adotar uma perspectiva racista sobre a questão social brasileira.

Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951) foi um professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro, foi o primeiro sociólogo responsável por boa parte da sistematização das Ciências Sociais brasileiras e um dos representantes no campo do pensamento conservador. Vianna teve influências das teses do chamado racismo científico, posicionando-se entre os adeptos das teorias eugenistas. Defensor da perspectiva determinista geográfica, de que fatores ambientais exerceriam influência direta e determinante na formação social do povo que o habita, justificando assim o papel de protagonismo da elite rural do sudoeste para o desenvolvimento político e econômico do país.

das diferenças impõem também uma identidade negativa, genérica e pejorativa, como é possível observar nas referências das identidades regionais de migrantes provenientes da região Norte e Nordeste do Brasil, atribuindo traços fenótipos associados à inferioridade ou à incivilidade sobre uma categoria genérica de “nordestino”, “baiano”, “paraibano” (SEYFERTH, 1995, p.183-187).

É neste amplo campo de reflexão dos caminhos tomados para uma modernização social, pautado em modelos civilizatórios que levantaremos questionamentos sobre questões raciais e representações sociais no universo rural. O “Caipira” é aquele que tem hábitos e modos rudes, devido a pouca instrução, escasso convívio social ou é uma construção arraigada no imaginário popular e se manifesta através dos estereótipos?

O que sabemos do termo “caipira”, significados associados a uma posição social ou um comportamento não civilizado que carrega traços classificatórios pela formação ou aparência da população do campo ainda é uma incógnita nos estudos sobre o universo rural.

## **2-O lugar reservado para os incivilizados**

Compreender as transformações ocorridas no universo rural paulista é preciso retornar ao contexto da formação o Estado de São Paulo seiscentista, levando em conta o sentido escravista no uso, costume e um possível lugar do indivíduo negro na sociedade. A política escravista em São Paulo se desenvolveu a partir dos princípios de exploração econômica, num primeiro momento utilizando-se de mão-de-obra indígena, mas nos moldes da exploração da mão-de-obra negra que já acontecia no litoral do estado. Os paulistas tentaram racionalizar e justificar tal prática assumindo, de forma absoluta, o controle do trabalho indígena. Um novo modo de vida se espalhou em locais onde havia núcleos de mineração, produção artesanal e mantimentos de animais se expandiram neste período. Diversas expedições para penetrar em regiões como Vale do Paraíba, dando origem a novas vilas como a de Itu, Sorocaba e Curitiba por pioneiros paulistas. Em São Paulo, à busca de ouro para uma economia agrícola apressou as derrubadas e queimadas para adquirir novas áreas para plantio, serviços e outros bens. Pelo sistema das fazendas ocorre a intensificação da utilização de mão-de-obra escrava e recorrendo depois para a imigração europeia maciça que colocou milhares de trabalhadores à disposição da lavoura comercial. (MONTEIRO, 1994, p77.).

**REVISTA MUNDO E DESENVOLVIMENTO**  
**Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**

Neste aspecto, também sobre esse processo de mudanças, tanto na forma de produzir e quanto nas estratégias para intensificar a produção com a demanda de mão de obra, desencadearam consequências sociais e econômicas que resultaram num crescente número de pessoas negras que embora livres, ainda trabalhavam em condições de escravidão, e a criação do proletariado industrial no final do século XIX e início do XX, (RIBEIRO, 2006, p 227.).

Durante a vinda dos imigrantes europeus para São Paulo, a maioria de artesãos e operários especializados (proprietários de pequenos negócios) eram pardos e pretos livres. Censos realizados entre 1900 e 1920 nada revelam a inserção dos negros na sociedade pós-abolição, entretanto já circulavam jornais e revistas voltados aos negros, como, por exemplo, os periódicos *A Pátria* e *O Progresso* no ano de 1899 em São Paulo, *O Exemplo* em Porto Alegre, em 1892. Embora mantivessem propostas diferentes, estas revistas buscavam expressar a necessidade da educação para a população negra e apontar o estigma racial que classificam negros e mulatos como pessoas sem capacidade intelectual, de que, fixava a atenção orientando-os para o mercado de trabalho ao final do século XIX e ao longo do século XX.<sup>5</sup>

Estes periódicos passaram a se tornar meios de denúncia sobre a desigualdade social entre negros e brancos, das dificuldades na inserção na sociedade paulista e das restrições sofridas em decorrência do preconceito racial. O agrupamento de todas as publicações passou a ser conhecido como Imprensa Negra Paulista. Em 1931, é fundado movimento a Frente Negra Brasileira que viria a se transformar em partido político, extinto com os demais partidos, no Estado Novo.

Segundo George Reid Andrews (1951), os dados levantados a partir de 1940, demonstra que de uma população negra de 862.255 somente 623 possuíam negócios não agrícolas e cerca de 15% dos pardos e pretos compunham a força de trabalho agrícola em São Paulo. O setor público foi à única área que os afro-brasileiros conseguiram uma paridade. Em 1940, a população afro-brasileira em idade produtiva em São Paulo era de 12% e desta porcentagem 8,8% estavam em setores públicos, porém, bem distantes do status de classe média, se encontravam em trabalhos servis como varredores de rua, trabalhadores de construção, porteiros e serviços de escritório mal remunerados como mensageiros e serventes. Quando as ocupações são mencionadas, frequentemente era de professores nas escolas públicas, escriturários e funcionários de nível inferior do serviço

---

<sup>5</sup> ARAUJO, Valmir Teixeira de. "O papel da imprensa negra brasileira". In: Revista Alterjor, 2019.

postal, coleta de impostos estadual, do governo municipal ou de agências semioficiais como a companhia telefônica.

Houve denúncia dos jornais negros como *Getulino* (1923), *O Combate* (1915), *O Clarim da Alvorada* (1924-1932), *A Voz da Raça* (1933-1937), as colunas sociais destes jornais deixavam claro a importância do emprego federal, estadual e municipal, possibilitando assim uma base econômica para uma pretensa elite negra. Porém, segundo George Reid Andrews, a doutrina da democracia racial isentava a política do Estado de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, até mesmo transferiu-a diretamente nos ombros dos próprios afro-brasileiros, que aqueles que questionassem a noção de democracia racial corriam o risco de ser confrontados com uma análise detalhada das falhas deficiências do grupo racial ao qual pertenciam.<sup>6</sup>

Neste movimento entre campo e cidade, cidade e campo, o domínio e uma nova forma de vida da área rural paulista dispersou povoados que se concentravam nesta região, a população que estava integrada em bairros foi condicionada ao um horizonte culturalmente limitado, desambicioso, ocioso e vadio pela perspectiva do pensamento citadino. O fator básico desta reordenação social e econômica foi o sistema de mercado proporcionando a valorização das propriedades rurais, assim, os pequenos sítiantes paulistas, sem conhecimento das novas políticas que estavam sendo empregadas, tanto econômica quanto racial, expulsos e obrigados ceder, estes indivíduos se marginalizam e perpetua sua condição desfavorável de sobrevivência no campo. Portanto:

O sistema de fazendas teve que promover primeiro, uma intensificação do tráfico de negros escravos e de apelar, depois, para a imigração europeia maciça que coloca milhões de trabalhadores à disposição da grande lavoura comercial. Confinado nas terras mais sáfaras, enterrado na sua pobreza, o caipira vê, impassível, chegarem e se instalarem, como colonos das fazendas, multidões de italianos, de espanhóis, alemães ou poloneses para substituírem o negro no eito, aceitando uma condição que ele rejeita. Essa nova massa vinha, porém, de velhas sociedades, rigidamente estratificadas, que a disciplinara para o trabalho assalariado, e via na condição de colono um caminho de ascensão que faria dela talvez, um dia pequenos proprietários (RIBEIRO, 2006, p.351 e 352).

---

<sup>6</sup> Gilberto Freyre é considerado um dos estudiosos fundamentais para a compreensão da formação social brasileira e nos estudos interpretativos do Brasil e do povo brasileiro. O tema da miscigenação foi centro de suas pesquisas e foi a partir do impacto nacional e internacional exposta, principalmente na obra "*Casa Grande & Senzala*" publicada no ano 1933, que na qual, se firmou a noção da suposta "democracia racial brasileira" que, segundo o autor, do contato anterior entre portugueses e povos de pele mais escura, como os árabes, e da consequente flexibilidade racial do brasileiro de origem lusitana - herdeiro da plasticidade característica da sociedade portuguesa, que "abrandou" as relações raciais entre nós. É autor de dezenas de livros, entre os quais, *Casa-grande & Senzala* (1933); *Sobrados e mocambos* (1936); *Nordeste* (1937); *O mundo que o português criou* (1940); *Ingleses no Brasil* (1948); *Aventura e rotina* (1953); *Ordem e progresso* (1959); *Vida, forma e cor* (1962) entre outros.

A consequência deste sistema de fazendas alargou as desigualdades sociais entre caipiras, brancos, mulatos e negros. Nestas circunstâncias, o contingente de negros, já alforriados, precisou se submeter ainda mais a uma forma de segregação. Em consequência, os motivos econômicos para a realização de investimentos, para atrair ao país colonizador branco, se somaram aos incentivos ideológicos desta prática, a ideia de democracia racial e o branqueamento da população paulista como a imigração europeia, destinados a um discurso de melhoramento da raça, colaborou também para a crescente falta de identificação destes indivíduos com a sua história.

De toda uma série de levantamentos a respeito da situação racial em São Paulo — compilados a pesquisas que foram empreendidas paralelamente em outras regiões do país — suas análises chegaram à conclusão de que o preconceito racial era amplamente praticado no Brasil. Manifestando-se de modo decisivo justamente na dificuldade da população negra, nas grandes metrópoles, de se inserir como cidadão pleno numa sociedade institucionalmente liberal e de economia industrial (KERN, 2014, p. 88).

Com a política de imigração e os esforços para se construir uma nação nos moldes europeus de sociedade e economia, a inclusão do negro, “mulato” e outras “minorias étnicas, raciais ou nacionais” na programação do desenvolvimento socioeconômico e nos projetos que visem aumentar a eficácia da integração nacional elencou problemas estruturais acentuando a estratificação social. Assim, a tarefa traçada por Gustavo da Silva Kern em apresentar as reflexões de Florestan Fernandes propõe, mais uma vez, uma preocupação de elementos raciais sobre os problemas socioeconômicos, justificando que os indivíduos numa posição de inferioridade social não possuíam nenhuma vitalidade para enfrentar e resolver seus problemas morais.

### **3-Um modelo social para o projeto de nação**

A literatura nacional do começo do século XX preocupou-se em afastar-se de formulações e ligações históricas com Portugal, assim as energias estavam voltadas na construção de símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições e de elementos de uma essência brasileira. A possibilidade de ter uma literatura sem traços portugueses ou com tons eclesiásticos revelou-se no sertanismo romântico, no regionalismo do período realista-naturalista e os modernistas, estes últimos principalmente em São Paulo. Mário de Andrade, vanguardista do movimento modernista em São Paulo, apresentou obras que



influenciaram a forma de escrever as tradições brasileiras, como por exemplo, “*Macunaíma*” (1928) e “*Pauliceia Desvairada*” (1922).

Segundo Serge Gruzinski (2001) na obra “*Macunaíma*”, é possível compreender elementos significativos múltiplas transformações. Sob o contexto da mundialização da globalização do início do século XX, a ideia de que a mestiçagem poderia ser uma solução racial, mas concretizaria com vários traços característicos das sociedades indígenas, africanas e europeias. A dificuldade, levantada pelo autor, está na compreensão desta mistura das culturas que também influenciou nas interpretações da nossa própria maneira de ver a realidade.

Entretanto, a miscigenação, segundo Gruzinski (2001), resultou e depositou a culpa do atraso nacional na mistura de culturas, um povo que não pertence nem a nação branca europeia e nem a nação africana, concretizando então uma nação sem nenhuma característica identitária pura. O incentivo da vinda dos imigrantes europeus no começo do século XX foi além das políticas da abundante oferta de trabalho no meio rural brasileiro, como também, promessas de bons salários, a possibilidade de formar colônias familiares e pertencimento étnico europeu, que posteriormente, sustentaria discursos sobre melhoramento da raça devido à permanência de destes no território brasileiro. Tal pensamento ainda tomou os centros urbanos, diferenciando os descendentes europeus dos indivíduos incivilizados, apontado que a direção certa era o embranquecimento da população. A miscigenação era, portanto, o resultando positivo e que resolveria os problemas do atraso racial, elemento do qual, esteve presente em teorias científicas e defendidas em congressos fora do território nacional.<sup>7</sup>

As descrições dos literatos sobre o homem do campo, frisando as diferenças e o destinando sempre o lugar do abjeto, resultaram numa série de preconceitos e imagens essencializadas se recusando a compreender a mistura étnica e cultural uma nova sociedade que estava se formando. Ignorando este fato e sustentando o discurso do desligamento entre Portugal e Brasil, os intelectuais buscaram justificativas de produzir uma literatura nacional e sem traços europeus que ficou concretizada na Semana da Arte Moderna de 1922. O entendimento das consequências de uma nação construída sob misturas étnicas e culturais diversificadas não estavam nas preocupações destes intelectuais. Se observarmos a

---

<sup>7</sup> João Baptista de Lacerda (1846-1915) que foi o cientista eleito para representar o Brasil no “Congresso Universal das Raças” em Londres em 1911. Lacerda era autor de pesquisas na área de fisiologia e microbiologia, foi ministro da Agricultura e, no Museu Nacional, chefe do Laboratório Experimental e subdiretor das seções de zoologia, antropologia e paleontologia. O Brasil, única nação latino-americana convidada, seria visto como exemplo de mistura de raças, políticas de imigração que fariam com que mestiços embranqueceria e a 'raça negra' seria extinta no país num intervalo de um século. O Brasil ocuparia, assim, lugar de destaque nas Américas, distante do modelo segregacionista dos Estados Unidos.

frase tão conhecida do livro de Mario de Andrade “sou um tupi tangendo um alaúde” fica visível a ambiguidade da busca histórica de uma possível pureza racial brasileira. Deste modo, desde a colonização.

Por toda a parte, os escravos serviam de moeda de troca: ao longo de todo o século XVII, os índios do rio Negro podiam tanto praticar o trato de escravos como, por sua vez, tornarem-se escravos dos holandeses ou portugueses. Em certos anos os portugueses conseguiam apresiar, depois de verdadeiras razias, um bom milhar de nativos, que eram encaminhados em condições horrorosas para Belém e Grão-Pará, no extremo oriental da grande floresta. Os sobreviventes se misturavam com as populações locais em miscigenações que se acentuaram ao longo dos anos (GRUZINSKI, 2001, p.32).

A construção de uma identidade nacional tornou-se uma tarefa minuciosa, mesmo com os esforços de construir uma imagem nacional brasileira, os modelos civilizatórios ainda eram recorridos à sociedade europeia. Não obstante, a arquitetura urbana, tendências de moda e costumes sociais eram exportados do continente europeu que ditou e tomou conta das emergentes elites que começaram a ocupar os centros urbanos. Nas áreas rurais, as diferenças sociais começaram a se tornar um divisor de águas, o trabalho para identificar no homem rural algo que representasse uma sociedade em desenvolvimento perpassou pela ótica econômica. As explicações estavam associadas na divisão entre o “baixo povo rural” pelo olhar da “nobreza rural”, como lembrar Carlos Brandão (1983, p. 7).

Tais preocupações, embora com interesses genuínos em uma ideia de nação, identidade nacional ou produção de escritas nacionais, afetou diretamente a população que não se enquadrava em modelos civilizatórios europeus, ao ponto que a negação de uma nação miscigenada com traços africanos e indígenas não estava na qualificação de um modelo civilizacional. O campo tinha papel fundamental neste cenário, passou a ser representado fartamente na literatura como ferramenta educacional da nação em plena construção identitária.

Deste modo, múltiplas representações da população passaram pelo filtro da dicotomia entre campo e cidade e foi um dos temas centrais que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica.

Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de *encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural*. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades (PARRILLA, 2006, p.124).

O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas de adjetivar o homem pobre do campo. O habitante do campo, em geral, de pouca instrução e de modos canhestros, passa a ser identificado como jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiau ou tabaréu. É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “jeca” já inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Para o morador do campo a sua representação, conseqüentemente, estará relacionada a “uma pessoa simples e de pouca instrução” e, mesmo que tenha outros saberes, sua identidade passa a ser classificada como inferior na escala civilizatória.

Luciana Meire da Silva (2013) apresenta a hipótese que o autor Monteiro Lobato criou a representação caricatural do caipira em São Paulo, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras trouxe a superação da decadência nacional particularmente pela sua disciplina fabril. Nos livros “*Cidades Mortas*” (1906) e “*Urupês*” (1914) o que observamos é a preocupação de Monteiro Lobato – além da crítica as correntes literárias do romantismo da época - em endossar argumentos de que o caboclo era o responsável pelo atraso social nacional, salientando ainda que as práticas irracionais deste sujeito de “pouca instrução” o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora (SILVA, 2013, p.68-69).

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido organiza investigações feitas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954, na obra “*Os Parceiros do Rio Bonito*” (2001), neste mesmo estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio Pires (1921) das variadas representações do que vem a ser o caipira<sup>8</sup>. Segundo Antonio Candido, Cornélio Pires elaborou significados e levou em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época e uma das referências no estudo da identidade caipira. Em suas análises

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se

---

<sup>8</sup> Cornélio Pires ofereceu grande importância deste tema pela obra “*Conversas ao pé do Fogo*” (1921) visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova perspectiva na estrutura da vida do campo da época sem deixar de lado a identidade. Pires também inspirou-se no poema “*O Poema da raça caipira*” (1953) de Alberto Rovai fazendo referência a expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, um dos percussores a conseguir que a indústria musical brasileira lançasse discos com músicas do gênero caipira, possível até de dizer que ele foi uns dos criadores da música sertaneja. A importância das suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações, e é citado, nos estudos de Antonio Candido.

atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar *acaipiramento*, ou *acaipiração*, e que os *investigou* de fato num conjunto bastante homogêneo (CANDIDO, 2001, p. 27).

Dentro destas variadas representações do caipira, modos de vida e suas condições aqui novamente observamos a preocupação dos intelectuais no campo científico sobre dicotomias entre as populações rurais, esmiuçando elementos culturais num campo de pesquisa que ainda sustava que o rural precisava ser modernizado. Neste último caso, a situação da sobrevivência da população rural, desde o sistema de fazendas e a não legalização das terras, levou-os a vulnerabilidade social. No intuito de colocar a área rural em uma posição favorável economicamente, indivíduos na condição de “agregado”, posseiro, pequenos sítiantes foram “empurrados” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às margens da história. Com sua herança econômica, social e cultural, ficaram para o caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, ou para o trabalho racionalizado e voltado para o mercado, levando o mundo urbano e moderno a responsabilizá-lo por um suposto baixo nível de vida. (CANDIDO, 2001, p.102).

Nota-se que a rusticidade do viver do caipira não escapou da criação de uma representação negativa.<sup>9</sup> O entendimento sobre o caboclo, o homem pobre rural, está agora destinado a estereótipos pejorativos uma representação imagética do atraso, evidenciando a construção de uma figura desqualificada de uma identidade inserida no contexto econômico nacional, de uma forma caricaturada no personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato. De “fungo da terra”, a população rural passa de vítimas para uma raça de “depauperados e degenerados sem nome”.

Nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o “Argas” o é aos galinheiros ou o “Sarcoptes mutans” á perna das aves domesticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do “Porriigo decalvans” o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada (LOBATO, 1978, p. 140).

---

<sup>9</sup> Em linhas gerais, o significado geral da palavra rústico associa-se ao que é campestre, rural, ao que está relacionado ou pertence ao campo, ao ambiente rural. Rusticidade é um substantivo feminino que nomeia a qualidade daquilo que é rústico, que possui indelicadeza, grosseria, incivilidade.

Aqui notamos novamente a preocupação em traçar uma origem social pautada em elementos raciais. A narrativa criada em torno no personagem Jeca Tatu foi construída com traços raciais. A diferença e a identidade tendem a serem naturalizados e cristalizados, sendo estas duas que partilham de características que resultam em preconceitos. A linguagem foi um destes problemas, o sistema de diferenças que se constitui no contexto de relações culturais e sociais é sujeita a relações de poder hierarquizadas e em constante disputa. A identidade e diferença se tornaram objeto de disputa entre grupos sociais que relativamente estão no poder, como aponta Tomaz Tadeu da Silva (2003). A diferenciação é o processo central para a construção da identidade e que, conseqüentemente, a diferença é produzida:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2003, p. 81).

Tal reflexão de Tomas Tadeu da Silva nos possibilita compreender que a identidade e a diferença se traduzem em declarações de quem pertence e quem não pertence, sendo assim, uma separação entre “nós” e “eles” e estão estreitamente ligadas às formas de classificação que a sociedade produz.

#### **4-Uma modernização civilizatória para o campo.**

O meio rural esteve, e está, em processo acelerado de transformações, tanto nas atividades econômicas quanto nas realidades sociais e culturais, aplicar uma definição uniforme sobre o universo rural não é uma tarefa simples. Debates sobre uma possível extinção da tradição cultural pela lógica capitalista, ou a presença constante de cooperativas agrícolas que oferecem amparo financeiro, apontam para caminhos controversos, de tal modo que as reestruturações dos elementos da cultura rural veem incorporando releituras da cultura urbana. Porém, outros debates também ganham espaço como o estreitamento do vínculo com o campo, trazendo para o mundo rural possibilidades de uma qualidade de vida, de alimentação e saúde mental problemas, dos quais estão presentes atualmente

devido ao ritmo acelerado das cidades. Assim, o retorno para a área rural oferece hoje elementos para refletir uma nova modalidade e a defesa da qualidade de vida.

Análises como a de Maria José Carneiro (1997) já caminham para estas novas perspectivas da complexidade de analisar o processo de transformação pela visão dicotômica de campo e cidade, simplificando das relações sociais ou reproduzindo a racionalidade produtiva e tecnológica dos valores urbanos. A apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural produz uma situação que não se traduz necessariamente os valores do campo.

A modernização rural estaria ligada ao modo de produção capitalista, acabam reproduzindo a ideologia burguesa, um estilo próprio de vida próximo aos padrões urbanos, contudo, em outro cenário. Ou seja, o esvaziamento rural não aconteceria se a lógica citadina estiver presente na área rural. Nas análises feitas de Maria José de Carneiro (1997) o termo “neo-rurais” exemplifica os significados das práticas sociais que permeiam, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos, movimentos de pluriatividade e a cultura country. No processo de pluriatividade, a integração da aldeia à economia e à sociedade global, realizando inovações agrárias, turísticas e culturais permitindo adaptarem-se as necessidades econômicas e técnicas a favor da sua existência e o sistema de valores. A cultura country, no âmbito da feira agropecuária a cidade se ruraliza, promovendo uma inserção singular do rural no mundo geral, desvincilhando da noção que o associava ao tradicional, sendo uma afirmadora do mundo rural com o mundo urbano, expressão de modernização do rural (CARNEIRO, 1997, p. 59-60).

O desaparecimento da fronteira entre rural e urbano, a expansão de novas reflexões sobre os instrumentos analíticos elaborados para compreender o universo rural continuam qualificando espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas sustentados na dualidade das categorias genéricas. Entre esses instrumentos, segundo Maria José Carneiro, em dados colhidos e analisados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE no ano de 2000 que demonstra que:

No Brasil, ainda que mais de dois terços da população estejam contabilizados como “urbana” (IBGE, 2000), a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está nas áreas rurais. Segundo os dados da PNAD, a população rural brasileira vem aumentando a partir da segunda metade da década de 90, recuperando uma taxa de crescimento anual (1,1% ao ano) muito próxima do crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano), apesar das diferenças entre regiões do país. Em São Paulo observa-se uma maior revitalização do mundo rural, ao passo que a região Sul o movimento de esvaziamento do campo ainda é predominante. Mas o interessante é que esse movimento de retração do êxodo rural é acompanhado pelo declínio expressivo das ocupações

não agrícolas, que, segundo os dados da PNAD, passam a crescer a uma taxa anual de 6,1% no período 1996-1999 (CARNEIRO, 2008, p. 17).

Assim, o tema lida também com a ambiguidade que de dois elementos para reflexão, uma seria a permanência da dicotomia entre rural e urbano, e a outra, das pequenas cidades formalmente definidas como urbanas entre pequenos municípios que estariam na mediação de dois códigos de relações sociais, a integração do mundo rural com o sistema mais geral de cidades e a vinculação com a natureza (CARNEIRO, 2008, p.20). E podendo até incluir uma terceira reflexão que estaria no debate já proposto por Serge Gruzinski (2001) dentro da problemática sobre o contato entre europeus e ameríndios e seus resultados refletidos na complexidade do jogo do neoliberalismo, da modernidade e da globalização econômica, sendo estas que proliferam fenômenos que embaralham nossas referências habituais: misturas das culturas do mundo, multiculturalismo e recuos identitários sob formas que vão desde a defesa das tradições até as expressões de xenofobia e purificação étnica (GRUZINSKI, 2001, p.16).

### **5-Considerações finais**

A estrutura social, político-econômica brasileira se mantém amparada nas atividades agropecuárias. A ruralidade permanece como uma das principais bases de sociabilidade no Brasil, transformando-se, ao longo do tempo, e que serviu como elemento crítico sobre a modernidade brasileira. Abordagens destes temas que contemplam somente a ótica da relação econômica do rural versus urbano, pautado numa posição de atraso versus avançado, põe em relevo uma característica importante dessa dinâmica que é a dificuldade de compreender o componente racial associado a construções de diferenças entre o que é do universo rural e urbano. Estudos sobre miscigenação e racialidade nos auxiliam para compreender como são construídos alguns traços determinantes de características relacionadas ao fenótipo, à inferioridade ou a incivilidade, e que sustentam características de representações identitárias genéricas e pejorativa, de inferioridade física, moral e intelectual que esteve pautada nas justificativas da incivilidade das populações rurais.

Entendemos que as desigualdades em espaços periférico-rurais dominados pelos centros urbanizados reproduz a dicotomia atrasado/avançado. O espaço rural e o espaço urbano, campo e cidade, integram a mesma racionalidade espacial marcada pela organização a partir das bases reprodutivas do capitalismo e a polarização construída entre estes refletem na pela lógica das relações agrícolas como um ambiente de produção fabril onde a terra somente produz algo, sendo vazio de relações sociais.

A preocupação em modernizar o campo nos anos finais do século XX estava em responder às exigências do mundo que tinha como parâmetro modelos sociais europeus, a ciência racial que sustentou o desenvolvimento de uma nação que precisaria acompanhar a demanda da “racionalidade” de mercado. A população rural não escapou destas classificações, precisou se adequar na posição de grandes produtores comprando e alargando suas propriedades, mantendo a lógica fabril no uso da terra. Por outro lado, vemos na posição de dependente o morador pobre rural, que precisa se submeter ao mercado porque não possui meios de competir com os grandes proprietários e se vê submetido a empréstimos bancários, de maquinários ou até mesmo vendendo suas terras porque não consegue se manter ativo no mercado.

Deste modo, a ideia de incivilidade foi construída para manter um padrão social moderno, ser um “fungo da terra”, como expressava Monteiro Lobato, era sinal que a nação precisaria se adequar ao um modelo social vinculado a ideia de produção. O questionamento do uso da terra produtiva sendo meio de troca disponível para reprodução do capital ou para a inercia do caipira precisa ser superado com novas investigações.

#### **Referências bibliográficas**

- ADUB, Katia Maria. **A ideia de São Paulo como formador do Brasil**. In FERREIRA, A.C (org.) *Encontros de História*. EDUNESP/FAPESP/ANPUH. São Paulo, 1999.
- ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. 1951. Tradução-Edusc, Bauru, SP. 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo. Brasiliense, 1983.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro. Ed. Ouro sobre Azul. 2001.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Texto publicado nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto, 1997.
- \_\_\_\_\_. **“Rural” como categoria de pensamento**. *Ruris*. Volume 2-nº 1. Páginas 10-38. Março de 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Editora Global. São Paulo, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Editora Global. São Paulo, 2006.
- GRUZINSKI. **O pensamento mestiço**. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.
- KERN, Gustavo da Silva. **GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES: O debate em torno da democracia racial no Brasil**. *Revista Historiador* Número 06. Ano 06. Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.historialivre.com/> acessado em 03/07/2021.



**REVISTA MUNDO E DESENVOLVIMENTO**  
**Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**

- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Editora brasiliense. 23ª edição. São Paulo, 1978.
- MENDRAS, Henri. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PARRILLA, Aline Franciele. **Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)**. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, p.200- 212, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis. 2a edição. Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Bairros Rurais Paulistas. Dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo. Ed. Livraria Duas Cidades, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.
- STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico/93. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1995.
- SILVA, Luciana Meire. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.
- SILVA, Sergio. **A expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil**. Editora Alfa Omega. São Paulo, 1976.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 2003.
- YATSUDA, Enid. **O Caipira e os outros**. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo. Editora Ática, 1987.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003:42-61.